



O SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA PARA AS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE WANDERLÂNDIA - TOCANTINS

THE SOCIAL MEANING OF MONEY OF PUBLIC POLICY FOR PRODUCTIVE INCLUSION FOR FAMILY FARMING FAMILIES IN THE MUNICIPALITY OF WANDERLÂNDIA - TOCANTINS

Renata Rauta Petarly – UFNT – Araguaína – Tocantins - Brasil

renatapetarly@gmail.com

Ana Carolina Rodrigues - Universidade de Gothenburg - Suécia

ana.carolina.rodrigues@gu.se

Resumo:

Neste ensaio analisamos como os agricultores familiares percebem e se relacionam com o dinheiro proveniente de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Faremos a análise sob o prisma da sociologia econômica, e a principal contribuição teórica é de Zelizer (2003), com seus trabalhos sobre os sentidos sociais do dinheiro. O estudo foi realizado durante os anos de 2017 e 2019, no município de Wanderlândia, no norte do Tocantins. Por meio de entrevistas estruturadas foram envolvidas 41 famílias que acessaram as políticas de inclusão produtiva (Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos, PAA), por um ano ou mais, no município de Wanderlândia. O levantamento de dados foi feito com a aplicação de questionários estruturados com questões abertas e fechadas. Conclui-se, então, que a renda dos programas de inclusão produtiva possui as marcas de gênero masculino e que posiciona, durante o seu acesso, as mulheres nos espaços privados da produção e da organização burocrática da unidade produtiva familiar, enquanto os homens são reafirmados ocupando os espaços públicos da comercialização e recebimentos financeiros.

Palavras-chave: agricultura familiar; sociologia econômica; PNAE; PAA.

Abstract:

In this essay, analyze how family farmers perceive money coming from public policies to strengthen family farming. We will do the analysis from the perspective of economic sociology, and the main theoretical contribution is from Zelizer (2003), with his innovative and influential texts on the social meanings of money. The study was carried out during the years 2017 and 2019, in the municipality of Wanderlândia, in the north of Tocantins. Through structured interviews, 41 families were involved who had accessed the productive inclusion policies (National School Feeding Program, PNAE and Food Acquisition Program,

PAA), for one year or more, in the municipality of Wanderlândia. Data collection was carried out using structured questionnaires with open and closed questions. It is concluded, then, that the income from the productive inclusion programs has the marks of male gender and that, during their access, women are positioned in the private spaces of production and bureaucratic organization of the family productive unit, while men are reaffirmed occupying the public spaces of commercialization and financial receipts.

Keywords: family farming; economic sociology; PNAE; PAA.

Introdução

Neste ensaio analisamos como os agricultores familiares percebem e se relacionam com o dinheiro proveniente de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Faremos a análise sob o prisma da sociologia econômica. Essa área da sociologia estuda a esfera econômica das atividades humanas a partir de suas relações com as outras esferas como a social, a cultural, a política, a religiosa etc. (SWEDBERG, 2003; GRANOVETTER, 2007).

No campo de estudos de sociologia econômica é possível encontrar diversas vertentes e objetos de análises, por exemplo, sociologia do dinheiro, dos mercados, das representações econômicas, das práticas econômicas ordinárias etc. Para este trabalho, a principal contribuição teórica é de Zelizer (2003), com seus textos inovadores e influentes sobre os sentidos sociais do dinheiro. A partir dessa perspectiva teórica, nosso problema de pesquisa é: Qual é o significado do dinheiro proveniente das políticas públicas de inclusão produtiva recebido pelas famílias da agricultura familiar de Wanderlândia, no Tocantins, para além dos demais dinheiros recebidos por elas? Nesse sentido, nossa hipótese é de que esse dinheiro possui marcas sociais que o distingue dos demais dinheiros recebidos por essas famílias.

Foram analisadas informações de 41 famílias que acessaram as políticas de inclusão produtiva Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, ao longo de um ano no município de Wanderlândia - TO. O levantamento de dados foi feito a partir da aplicação de questionários estruturados com questões abertas e fechadas. Ele foi utilizado com o intuito de levantar dados para caracterizar as famílias pesquisadas de acordo com o que propomos analisar: dinheiro e agricultura familiar (TRIVIÑOS, 2009). Para essa etapa foi realizado um levantamento de todos os titulares que acessaram os programas pela prefeitura de Wanderlândia¹ e pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins². Alguns critérios foram considerados para o delineamento da população que participou desta etapa: ter entregado a produção por um ano ou mais; sua propriedade rural ser localizada no município de Wanderlândia; residir dentro dos limites geográficos do município; não utilizar mais de um cadastro por unidade produtiva familiar³.

¹ U em 2013, em que as famílias entregaram seus produtos durante todo o ano de 2013 e 2014; e outro em 2015, em que as famílias entregaram seus produtos durante todo o ano de 2015 e 2016

² 2015 a 2018, em que as famílias entregaram durante todos os anos de 2016, 2016, 2017 e 2018

³ Foram identificados 48 cadastros, mas 7 famílias não participaram por diversos motivos: ninguém da região sabia quem eram; não foram encontrados em casa nas vezes em que foram procurados; recusaram a serem visitadas devido ao período da Pandemia da COVID-19; ou se recusaram a participar da pesquisa.

Esse ensaio é dividido em quatro momentos: o primeiro é uma apresentação das políticas públicas de inclusão produtiva ao qual esse estudo se direciona; o segundo é uma revisão teórica sobre a sociologia do dinheiro de Viviana Zelizer e a forma como essa discussão auxilia na compreensão das marcas de gênero incrustadas na renda monetária familiar; o terceiro momento é uma descrição das famílias de agricultores familiares que participaram dessa pesquisa e a apresentação do significado social da renda familiar das famílias analisadas durante a pesquisa e; o quinto momento é a apresentação do significado do dinheiro específico do PAA e do PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e possibilita a aquisição de produtos da agricultura familiar com dispensa de procedimentos licitatórios, conforme requeria a Lei nº 8.666/1993. Os recursos para aquisição dos produtos são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Os preços praticados são definidos pela CONAB através da média dos preços praticados nos mercados regionais.

Para além da existência de outros programas de inclusão produtiva para acesso ao crédito ou à concessão de alternativas tecnológicas para a produção, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diz respeito à compra de alimentos provenientes da localidade direcionados para a alimentação escolar. Essa política pública garante a obrigatoriedade de as prefeituras adquirirem pelo menos 30% da merenda escolar diretamente da agricultura familiar local e simplifica os processos burocráticos na relação entre Estado e agricultura familiar (BRASIL, 2009). O PNAE é tido como uma das principais estratégias adotadas pelo governo federal que garantiu ao Brasil a saída do mapa mundial da fome da Organização das Nações Unidas (LEITÃO e BERNARDINO, 2018).

Em resumo, o PAA e a PNAE possuem em comum a criação de mercados institucionais para a comercialização de alimentos, visando executar ações relacionadas à política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (SAN). Como aspecto inovador, esses programas possuem a capacidade de beneficiar dois públicos-alvo: os beneficiários fornecedores - agricultores familiares - e os beneficiários consumidores - grupos sociais assistidos por escolas ou outros órgãos públicos.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, em 2 de julho de 2003. De acordo com o MDS (BRASIL, 2023), os números referentes à execução do PAA em 2017⁴ são os descritos na Tabela 1:

Nacionalmente, os documentos titulares de acesso ao programa com recurso financeiro proveniente do MDS são divididos em 12.703 mulheres, que receberam o montante de

⁴ Não foram encontradas atualizações dos dados nas plataformas digitais do governo federal.

R\$83.605.836,00; e 5.141 homens, que receberam o montante de R\$36.249.482,00. No que diz respeito aos recursos provenientes da SEAD, os beneficiários são 465 mulheres, que receberam o valor total de R\$3.392.819; e 211 homens, que totalizam o valor de R\$1.460.366 recebidos (MDS, 2019). No caso específico do estado do Tocantins, do total de 204 beneficiários, 124 são mulheres e 80 são homens. No estado, só há acesso aos recursos provenientes do MDS, os quais totalizaram o valor de R\$1.501.395,70, sendo que R\$916.945,00 foram destinados às mulheres e R\$584.451,00 para os homens (MDS, 2019).

Tabela 1 – Dados sintetizados de execução do PAA em 2017

Modalidade	Nº de agricultores	Nº de entidades	Nº de atendimentos	Valor de recursos	Produtos (Kg/L)
PAA Leite	12.499	3.840	805.785	R\$66.426.848,74	14.707.966,00
CONAB MDS	18.012	880	6.183.907	R\$119.855.317,50	40.181.065,04
CONAB SEAD ⁵	676	-	-	R\$4.853.184,39	4.226.792
Total	31.187	4.720	6.989.692	R\$191.135.351,63	59.115.823

Fonte: BRASIL (2023).

Já o PNAE, reformulado para o perfil atual pela Lei nº 11.947/2009, diz respeito à compra de alimentos provenientes da localidade direcionados para a alimentação escolar. Essa política pública obriga as prefeituras a adquirirem pelo menos 30% da merenda escolar diretamente da agricultura familiar local e simplifica os processos burocráticos na relação entre Estado e agricultura familiar⁶ (BRASIL, 2009).

Os valores por aluno matriculado repassados para as instituições de ensino, por ano letivo (200 dias) são: R\$214,00 para creches; R\$106,00 para pré-escolas; R\$72,00 para ensino fundamental e médio; R\$64,00 para educação de jovens e adultos; R\$214,00 para ensino integral; R\$400,00 para escolas de ensino médio em tempo integral. Em relação aos dados financeiros de 2017, as instituições de ensino receberam um repasse equivalente a R\$2.794.860.578,29 para a alimentação escolar. Desse total, o valor repassado para aquisição dos produtos advindos da agricultura familiar foi de R\$616.049.928,98, representando 22,04% do recurso. Nota-se que, a nível nacional, não foram cumpridos os 30% mínimos da agricultura familiar exigidos pela legislação. No que diz respeito ao estado do Tocantins, a porcentagem mínima também não foi alcançada, atingindo apenas 26,20%. Os valores monetários repassados pelo FNDE ao estado foram de R\$40.762.658,21, sendo que R\$10.680.674,18 foram destinados ao pagamento aos agricultores familiares (MEC, 2019).

⁵ Recurso proveniente da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

⁶ O programa é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassa aos estados, municípios e escolas federais, em 10 parcelas mensais, os valores referentes ao número de alunos matriculados em cada uma das redes de ensino (FNDE, 2018).

O montante de recursos financeiros repassados pelo PNAE entre os anos de 2009 a 2016 foi de R\$ 25.506.670.585,50 (SALGADO *et al.*, 2016). Levando em conta a suposição de que todos os municípios cumpriram a regra de adquirir 30% de produtos advindos da agricultura familiar, significa dizer que os municípios repassaram R\$7.652.001.175,65 para os agricultores familiares e para os empreendimentos familiares rurais⁷.

Essas políticas possuem um diferencial de garantir previsibilidade de renda para as famílias, permitindo melhor controle do orçamento familiar e dos investimentos produtivos. Como aponta o estudo de Guimarães (2020), as condições financeiras das famílias beneficiadas pelo programa são superiores às condições das famílias não beneficiárias, indicando a importância dessas políticas para a melhora social nos espaços rurais.

Relações de intimidade, vida econômica e o significado social do dinheiro

O pressuposto que norteia a proposta teórica de Zelizer é a coexistência entre práticas econômicas e relações de intimidade. Isso significa afirmar que, ao contrário do que defendem os determinantes da corrente da economia⁸, a economia não é uma esfera separada da vida social e que se rege por meio de fatores e regras próprias. Tal como as ideias de Carrasco (2011), para Zelizer, as práticas econômicas estão intimamente relacionadas aos critérios de classificação e de hierarquização que regem as práticas sociais. A defesa dos profissionais da economia neoclássica é de que a racionalidade da esfera econômica fere e desgasta os laços sociais, reforçando a necessidade de separação entre ambas as esferas (ZELIZER, 2011). Para a autora, a relação estabelecida entre os agentes é que determina os marcadores (como valor, formas de pagamento, critérios de avaliação da qualidade) da relação econômica. O contraponto proposto pela autora é de que os agentes convivem o tempo todo com um trabalho relacional de demarcação de fronteiras e de negociação de fatores inerentes à intimidade (ZELIZER, 2011).

A teoria econômica centrada no mercado tende a dicotomizar o mundo e as relações sociais em torno de uma dualidade que organiza o mundo social por meio de princípios incompatíveis e competitivos: mercado e não mercado, racionalidade e pessoalidade, macho e fêmea, eficiência e sentimentalismo (ZELIZER, 2009). A autora destaca a importância de compreender a realidade, visto a necessidade de se entender como funciona a vida econômica e como ela está intimamente relacionada com a vida social e que, inclusive, insere valores sociais em atividades econômicas: “empresas capitalistas versus economia informal; mercados perfeitos versus mercados imperfeitos; economias sérias versus economias triviais; e, aí de nós, atividade econômica masculina versus feminina” (ZELIZER, 2009, p. 238). Nota-se que essa separação entre as práticas sociais

⁷ Agricultores familiares são os que acessam o programa individualmente. Empreendimentos rurais são os acessos em forma de associações e cooperativas de agricultores. A DAP é jurídica e não pessoa física.

⁸ Popularmente denominados de economistas ortodoxos ou neoclássicos.

atua como um marcador que desvaloriza o trabalho de cuidados, a produção doméstica e a esfera feminina da vida econômica (ZELIZER, 2009).

Ao contrário do que se tende a imaginar no senso comum, quando se trata de trabalho de cuidados, não diz respeito apenas à relação de cuidado estabelecida entre pessoa autônoma que cuida e pessoa dependente que é cuidada (OROZCO, 2012). Orozco (2012) descreve que o trabalho de cuidado precisa ser considerado como toda ação direcionada à manutenção da vida humana, e que, por isso, ultrapassa os limites fixados desses dois papéis sociais (cuidador e dependente). Ao destacar a interdependência entre os papéis, Orozco (2012) e Zelizer (2011) se complementam por promoverem reflexões em que o *continuum* existente entre esses papéis perpassa qualquer delimitação rígida imposta pela dualidade. Veja bem, como já diziam diversos autores (SCOTT, 1995; ZELIZER, 2009; BOURDIEU, 2011; HALL, 2014), os papéis de gênero atribuídos aos homens e às mulheres são resultados de um longo processo de construção social que define os indivíduos e que também os define. Sendo assim, não é possível definir de maneira absoluta que dependência e cuidado são conceitos com apenas uma definição e apenas uma maneira absoluta de serem compreendidos. Ser cuidado e ser cuidador é compreendido a partir de uma concepção de normalidade que é construída socialmente (OROZCO, 2012).

Sendo assim, é preciso compreender o trabalho de cuidado como toda ação direcionada para manutenção das necessidades humanas e que, por isso, não existe apenas uma relação de cuidado e dependência (OROZCO, 2012). O que existe é um papel contínuo de interdependência em que as pessoas se localizam e se dinamizam a partir de suas práticas sociais e das relações que estabelecem nessas práticas. Dessa forma, essa compreensão exige que se analise as relações de cuidado a partir de diferentes graus e diferentes dimensões (OROZCO, 2012). A principal noção que se precisa ter ao analisar as relações de cuidado é a necessidade de diluição entre as fronteiras que marcam e delimitam as dualidades entre trabalho/necessidade, trabalho/cuidado (OROZCO, 2012; ZELIZER 2009, 2011).

Quando Zelizer (2011) se dedica aos estudos da intimidade, a autora assevera que diversos tipos de relacionamentos sociais estão estruturados em, pelo menos, alguma relação de confiança e de troca de informações. Para a autora, a “vida econômica rotineira e o comportamento organizacional encontram caminhos para a criação de relações sociais que ultrapassam essas fronteiras sem destruir a integridade da vida social” (ZELIZER, 2009, p. 237). Sejam essas relações íntimas estabelecidas entre membros de uma mesma família ou relações de prestações de serviços (domésticos, médicos, judiciais, de cuidados ou educacionais), sempre ocorrem formas distintas e próprias de relações de confiança, troca de informações sigilosas e transferências econômicas. Essa constatação leva a autora a questionar de que forma os atores sociais combinam relações íntimas com transações econômicas (ZELIZER, 2011).

Ao analisar os diversos estudiosos das relações econômicas, Zelizer os distingue em três grupos: (1) os defensores de que existem as esferas separadas e dos mundos hostis, ou seja, que atividade econômica e relação íntima fazem parte de arenas distintas e que,

caso se misturem, pode ocorrer uma “contaminação inevitável e resultante desordem quando as duas esferas entram em contato” (ZELIZER, 2011, p. 28); (2) os que afirmam que as práticas econômicas e a intimidade estão inseridas em um “nada além de”, ou seja, nada além de um exercício de poder ou nada além de mais uma forma de expressão da cultura local; e (3) o grupo ao qual a autora pertence que, ao invés de distinguir as duas esferas como fazem os outros dois grupos, defendem que a vida social mistura intimidade com atividade econômica e “participam ativamente da construção e da negociação das vidas conexas” (ZELIZER, 2011, p. 29).

Os defensores dos mundos hostis alegam que a contaminação das relações íntimas pelas práticas econômicas destruiria a esfera sentimental e as relações de solidariedade enquanto a contaminação das relações econômicas pelas relações de intimidade causaria ineficiência e favoritismo (ZELIZER, 2009). Para essa perspectiva de análise, existem dois domínios que se direcionam e atuam a partir de diferentes princípios: solidariedade em oposição à eficiência; impulso em oposição ao planejamento e racionalidade em oposição aos sentimentos (ZELIZER, 2009, p. 238).

Afirmar que a vida social é construída a partir das vidas conexas é compreender que a todo momento os indivíduos assumem um trabalho relacional de negociação, delimitação de regras e normas que se baseiam, mesmo que involuntariamente, nas relações sociais que constroem (ZELIZER, 2011). Sejam elas entre os gêneros, entre diferentes idades ou entre diferentes classes sociais, ocorridas tanto nos espaços privados, quanto nos espaços públicos (OROZCO, 2012).

Nesse sentido, as pessoas utilizam marcadores (carregados de valores sociais) para estabelecer todas as etapas relativas às práticas econômicas, sejam elas de negociação, produção, gestão ou de pagamentos, a partir das características específicas da relação de intimidade que elas estabeleceram com o outro agente (ZELIZER, 2011). A autora defende que “as pessoas conseguem integrar as transferências monetárias a redes maiores de obrigações mútuas sem destruir os laços sociais envolvidos” (ZELIZER, 2011, p. 34). Os estudos da autora mostram ainda que, além de não destruir as relações íntimas, o dinheiro muitas vezes é o que as sustentam (ZELIZER, 2011).

Estamos, então, lidando com conexões entre quatro elementos: relações, transações, meios e limites. As relações consistem em grupos duráveis e definidos de entendimentos, práticas, direitos e obrigações que ligam duas ou mais pessoas. As transações consistem em interações delimitadas e de curto prazo entre as pessoas. Os meios consistem em sistemas descritivos e seus símbolos. Os limites consistem, nesse caso, em perímetros conhecidos traçados ao redor de combinações distintas de relações, transações e meios. O trabalho relacional envolve a criação de correspondências viáveis entre as relações, transações, meio e limites (ZELIZER, 2011, p. 40).

O trabalho relacional é percebido em todos os momentos da vida familiar juntamente com as atividades econômicas. Podem ser percebidas nas atividades produtivas, na distribuição dos recursos, no consumo dos bens e na transferência de propriedade dos bens entre os membros. O que distingue as famílias de outros grupos econômicos é basicamente que, por residirem no mesmo espaço físico, é construída uma relação de

confiança baseada no conhecimento, na influência, na definição de obrigações e direitos compartilhados. Essa relação de proximidade faz com que os acordos sejam estabelecidos com durações muito superiores aos demais grupos econômicos e resulta em sanções mais rígidas e controladas (ZELIZER, 2011).

Até mesmo dentro de corporações com alto poder de influência no ambiente empresarial é possível notar que as relações profissionais muitas vezes ultrapassam os limites da impessoalidade e acabam se concretizando também como relações de cuidado no conjunto dos espaços considerados como públicos (ZELIZER, 2011; OROZCO, 2012). Outro exemplo se percebe quando as trabalhadoras domésticas, muitas vezes as próprias “donas de casa”, precisam se relacionar com órgãos financeiros, agentes de produção e redes de comercialização. Dessa forma, é possível notar que “tanto em empresas quanto em espaços domésticos, assim como em quaisquer outros, as pessoas constantemente administram múltiplos conjuntos de relações sociais” (ZELIZER, 2009, p. 240).

Como a autora argumenta, é possível identificar diversas atividades econômicas misturadas com as relações de intimidade, inclusive familiares. O que se coloca em questão “são o valor, a potência e a compatibilidade de diferentes atividades econômicas” (ZELIZER, 2009, p. 239). A autora ainda afirma que, ao analisar “as uniões, o cuidado e as famílias, não encontramos mundos separados de economia e sentimento, tampouco vimos mercado em toda parte” (ZELIZER, 2011, p. 243) e complementa que, ao contrário do que afirma a perspectiva dos mundos hostis, “observamos laços transversais e diferenciados que conectam as pessoas entre si” (ZELIZER, 2011, p. 243).

No meio rural, as autoras Bruno et al. (2011), ao estudar os grupos produtivos de mulheres assentadas da reforma agrária identificam realidade semelhante à proposta das vidas conexas. Para as mulheres entrevistadas, não há separação entre o espaço do afeto (como a relação estabelecida com o marido, os filhos, os amigos e parentes), do espaço da política (como as relações institucionais estabelecidas com os grupos sociais, os movimentos sociais ou com as ações vinculadas a essa esfera); do espaço produtivo e econômico, e as atividades decorrentes dessa esfera. O que as autoras concluem é que “são dimensões indissociáveis que em grande medida definem e redefinem os limites e as fronteiras de sua prática social e de seus questionamentos” (BRUNO et al., 2011, p. 81).

Nas ciências que estudam a economia pelo viés clássico (ortodoxo), a possibilidade de contar o dinheiro foi crucial para garantir a racionalidade aritmética da economia, que, além disso, ainda reduziu a qualidade do dinheiro em mera quantidade. Zelizer (2003; 2008) afirma que o dinheiro possibilitou que qualquer troca pudesse ser realizada e qualquer coisa pudesse ser quantificada em termos de dinheiro, “neste sentido, o dinheiro funcionaria como um intermediário adequado e neutro num mercado impessoal e racional” (ZELIZER, 2003, p. 128).

As funções e características do dinheiro são definidas estritamente em termos econômicos (...); todos os tipos de dinheiro são semelhantes na sociedade

moderna (...); existe uma clara distinção entre dinheiro e valores não pecuniários (...); entende-se que as questões monetárias estão permanentemente a invadir, a quantificar e muitas vezes a corromper todas as esferas da vida (...); o dinheiro detém o poder indiscutível de transformar valores não pecuniários, enquanto a transformação inversa do dinheiro por parte dos valores raramente é conceptualizada, ou é mesmo explicitamente rejeitada (ZELIZER, 2003, p. 130).

Além de classificar as características clássicas do dinheiro, a autora as crítica ao afirmar que o dinheiro não é moralmente neutro ou sua quantificação é feita apenas em termos aritméticos da racionalidade instrumental. Ela defende que a sociedade imprime no dinheiro e na sua própria quantificação, seus valores sociais, morais, afetivos e religiosos, garantindo, assim, a existência de características culturais, sociais, religiosas e estruturais no ato de quantificar e usar esse dinheiro. A autora segue linha semelhante à teoria de Talcott Parsons, que afirma que “o dinheiro constitui uma linguagem simbólica partilhada; não uma mercadoria, mas um significante, desprovido de valor utilitário” (ZELIZER, 2003, p. 131).

Os antropólogos, por sua vez, discutem o significado social do dinheiro tendo como pano de fundo as sociedades primitivas, cujas práticas não são tão diferentes das que podem ser encontradas nas sociedades modernas. Relatos desses estudiosos mostram que, mais importante do que a quantidade de dinheiro, é a compreensão de qual dinheiro está sendo utilizado, como e com quais finalidade e sentidos. Isso significa que origens distintas conferem ao dinheiro valores distintos. Os valores sociais ligados às origens do dinheiro definem seu valor. Dinheiro amaldiçoado, dinheiro ganho, dinheiro conquistado, todos tem origens diferentes e, portanto, valores distintos. A própria utilização do dinheiro também faz com que ele realize o seu valor ou não, independentemente da sua quantidade. Nos países ocidentais, comprar uma esposa, por exemplo, é proibido independentemente da quantidade de dinheiro que se ofereça (ZELIZER, 2003; 2008; 2011).

Os psicólogos também têm contribuído com essa discussão ao desafiar a tradicional definição racionalista da economia sugerindo o conceito de contabilidade mental. Este conceito exprime a ideia de que cada indivíduo distingue os tipos de dinheiro de maneira individual, dando ao mesmo, um valor específico. A única crítica que Zelizer faz dessa perspectiva, é o caráter individual e não social da contabilidade. Para ela, conceder distinções individuais ao dinheiro, é resultado de um processo sociológico de construção social da economia, que “emergem de um conjunto de normas formais e informais que regem a sua utilização, localização, origens e quantidade” (ZELIZER, 2003, p. 134). A autora propõe que um novo modelo para a compreensão dos dinheiros especiais seja aplicado no mundo moderno na busca de compreender como as características e valores sociais influenciam nas distinções, restrições e formas de controle do dinheiro. Sua proposta se estrutura nos seguintes fatores:

(...) dinheiro existe também fora da esfera do mercado e é profundamente moldado por fatores culturais e socioestruturais; existe uma multiplicidade de tipos diferentes de dinheiro (...); é necessário um outro código, mais abrangente, para certos tipos de dinheiro, indivisíveis, não fungíveis, não

portáteis, profundamente subjetivos e, por conseguinte, qualitativamente heterogêneas; (...) o dinheiro pode ser, em certas circunstâncias, tão particular e intransmissível como o objeto mais pessoal e único; (...) fatores extra-econômicos constroem e moldam sistematicamente: as utilizações do dinheiro, os utilizadores do dinheiro, o sistema de localização de cada dinheiro, as formas de controle dos diferentes dinheiros e as origens do dinheiro (ZELIZER, 2003, p. 135).

A autora destaca, inclusive, estudos da década de 1870 a 1930 que demonstram como a própria divisão familiar do dinheiro é tão assimétrica quanto a divisão de renda nacional. Esses estudos entraram em voga devido à nova sociedade do consumo e a necessidade de se compreender como a renda doméstica era composta, como ela era alocada e como ela era utilizada. Houve grande dificuldade no levantamento desses dados tanto na classe operária quanto na classe média, devido à moralidade existente no tema dinheiro de dentro do espaço privado (ZELIZER, 2003).

Durante este mesmo período, há diversos questionamentos sobre qual o direito que as mulheres tinham sobre a renda familiar. A própria organização da renda familiar variava de acordo com a classe social na qual as famílias se enquadravam: nas classes média e alta, o homem era o único responsável pela organização do dinheiro, enquanto nas classes operárias, a mulher era a responsável por contabilizar e organizar a utilização do dinheiro do marido e dos filhos. Essa situação passa por modificações na entrada no novo século, quando ocorre o aumento do uso do dinheiro da economia americana. “À medida que o montante de rendimentos disponíveis aumentou e que a economia e a cultura do consumo se estabeleceram mais fortemente, o dinheiro da família tornou-se cada vez mais diferenciado, dividindo-se em dinheiro do marido, dinheiro da mulher e dinheiro dos filhos” (ZELIZER, 2003, p. 140).

Desse modo, a autora reafirma a necessidade de se desconstruir o olhar hegemônico sobre a unicidade do dinheiro e da economia e reafirma a importância de considerar o fato de que existem diversos dinheiros e que eles são “moldados por redes distintas de relações sociais e sistemas diferentes de significados. Nenhum dinheiro, incluindo o dinheiro de mercado, escapa a estas influências extra-econômicas” (ZELIZER, 2003, p. 157).

Assim sendo, a autora defende que, para se construir uma teoria social do dinheiro, é necessário que sejam discutidas as origens, os destinos, os padrões de variação e as características distintas dos diferentes tipos de dinheiro, examinando como ocorrem as estruturas das relações sociais e os valores culturais e morais que orientam e adequam o funcionamento qualitativo (e não quantitativo) dos dinheiros (ZELIZER, 2003). Essas fronteiras sociais dos múltiplos valores dos dinheiros podem ser exploradas nos seguintes momentos: “(a) identificarem utilizações específicas do dinheiro, (b) regularem modos de distribuição, (c) designarem as utilizações adequadas, e (d) estabelecerem significados simbólicos especiais” (ZELIZER, 2003, p. 157).

Contribuições de Viviana Zelizer para compreensão das relações de gênero

É válido ressaltar que a ideia de distinção entre os espaços considerados públicos e privados é reforçada pela ideologia da domesticidade do século XIX (ZELIZER, 2011). Crítica dessa distinção, Zelizer (2011) afirma que a separação dessas duas esferas reforça a ideia de sacralidade familiar que reforça o sexismo e gera a falsa visão de que é necessário proteger as mulheres e as crianças de um mercado perigoso e masculino. Além disso, “transformar os trabalhos femininos tradicionais exclusivamente em uma questão de sentimento obscurece perigosamente o seu valor econômico” (ZELIZER, 2011, p. 81). Situação semelhante é relatada por uma gama de autores que destacam a não contabilização do trabalho doméstico rural como trabalho produtivo, mesmo que o espaço privado rural abranja a casa, a horta, o pomar e o cuidado com os pequenos animais. O que esses autores afirmam é que, por ser considerado doméstico, todo o leque de trabalho desempenhado pelas mulheres não é contabilizado como trabalho produtivo, mas sim como ajuda aos maridos (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR, 1984; KARAM, 2004; CRUZ, 2010; VIDAL, 2011; HEREDIA, 2013; MOURA e MORENO, 2016; PAULILO, 2016a; PAULILO, 2016b; HERRERA, 2016; AGUIAR, 2016; CHAVES, CASTRO e MENEZES, 2018). A partir dos estudos realizados no meio rural brasileiro, identifica-se que essa relação de distinção criada socialmente é que determina a divisão sexual do trabalho (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR, 1984; HEREDIA, 2013; PAULILO, 2016a; PAULILO, 2016b).

Nesse sentido, a proposta de análise da autora a partir dos circuitos sociais direciona o olhar às situações relacionais que estão envolvidas no cotidiano da vida camponesa, ou seja, analisa quais são as relações sociais e de poder envolvidas nas atividades produtivas, comerciais e de cuidado, além dos laços e das fronteiras estabelecidas no circuito econômico. Comércio significa diálogo, interação, negociação e é repleto de sentidos e significados socialmente construídos (ZELIZER, 2008; 2011). Além disso, sua proposta analítica é que “numa ampla gama de relações íntimas, as pessoas conseguem integrar as transferências monetárias a redes maiores de obrigações mútuas sem destruir os laços sociais envolvidos. O dinheiro coabita regularmente com a intimidade e até mesmo a sustenta” (ZELIZER, 2011, p. 34). O diálogo entre a proposta da autora e a literatura que estuda a realidade das agricultoras familiares nos auxilia na compreensão do nosso objeto de estudo.

Ao realizarem um estudo aprofundado sobre o acesso das mulheres rurais à política pública do PAA, Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011) partem do pressuposto que as mulheres possuem dificuldade em inserir suas produções nos canais de comercialização pois suas atribuições estão marcadas pelos traços de gênero que as localiza nas tarefas domésticas e ao espaço privado. Quando as mulheres mantêm sua atuação produtiva de maneira conjunta com os maridos e apesar de estarem envolvidas em todas as tarefas desde a produção até a comercialização, elas “muitas vezes não participam da decisão sobre os recursos ou sobre as propriedades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho” (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 13). Essa situação se assemelha ao exposto por Zelizer (2003) ao descrever o dinheiro possui um significado social que o marca com os traços de gênero, idade ou origem. Nesse sentido, as autoras identificaram que com as mulheres pesquisadas, apesar de terem pouca

inserção mercadológica, ao acessarem o PAA em grupo com outras mulheres, elas conseguem promover sua autonomia econômica, mesmo que a renda é reduzida. A pesquisa ainda identificou outros benefícios advindos dessa organização coletiva para o acesso ao PAA:

Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sua sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.). No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p. 14).

Situação semelhante foi encontrada por Lígia Albuquerque de Melo (2003) ao estudar as relações de gênero em um município pernambucano após o acesso das famílias ao Pronaf. A autora identificou que mesmo com as exigências governamentais para inclusão das mulheres na gestão do programa e a inserção das mulheres em movimentos sociais e organizações coletivas, a estrutura familiar constituída por valores tradicionais não se alterou. Nesse sentido, a autora descreve que a divisão sexual do trabalho nas famílias rurais estudadas se manteve a mesma independente do acesso a essa política pública (ALBUQUERQUE DE MELO, 2003). A dificuldade de alteração nos papéis sociais no interior da família pode ser explicada à luz de Bourdieu (2011), que afirma que os dispositivos que norteiam nossas ações estão imbricados nos *habitus* e que por terem sido constituídos ao longo da vida, não se alteram rapidamente. Joan Scott (1995) também traz elementos elucidativos a essa situação ao afirmar que as relações de gênero são compostas por relações de poder que norteiam os valores e comportamentos sociais.

Nas famílias estudadas por Zelizer (2003), quando as mulheres passaram a receber uma mesada dos maridos para seus gastos pessoais, esse ganho financeiro passa a ser considerado como uma possibilidade de garantir autonomia das mulheres, mas, ao mesmo tempo, como a sua definição e quantificação era definida pelo marido, passou a ser mal vista para a mulher moderna das classes média e alta. Essa situação invertia de gênero, quando o estudo analisa as famílias operárias. Nesses casos, era a mulher quem definia quanto de dinheiro o homem carregaria consigo e quanto cada um dos filhos receberia de mesada e por quais condições. Ainda assim, se o pouco dinheiro das famílias operárias resultasse no endividamento da família, corria-se o risco de acusarem as mulheres de serem más administradoras do lar, e não resultado do escasso dinheiro. Outro acontecimento que os estudos evidenciaram, é que, na maioria dos casos, os homens não repassam para as mulheres administrarem todo o seu dinheiro, mas sim, apenas uma parte (ZELIZER, 2003).

Nas situações em que as mulheres trabalhavam para pessoas que não faziam parte da família (recebendo salários ou outro tipo de remuneração), mantinha-se a fronteira

entre o dinheiro considerado sério e o dinheiro com outras marcas sociais (como dinheiro sem valor ou sem importância para o desenvolvimento familiar), mas adotava-se características distintas a partir da classe social à qual as famílias pertenciam (ZELIZER, 2003).

Após adentrar as portas de casa, automaticamente o dinheiro proveniente das tarefas das mulheres passava a fazer parte inalienável da renda familiar. Essa demonstração comprova como o dinheiro era tratado de maneira diferenciada de acordo com o gênero: “o gênero introduziu outro tipo de distinção não mercantil no fluxo financeiro doméstico: o dinheiro das mulheres não era o mesmo tipo de dinheiro que o dos maridos” (ZELIZER, 2003, p. 154). A autora conclui que, no casamento, a renda auferida pelas mulheres nunca é apenas uma renda. Ela “torna-se uma ferramenta com a qual mulheres vulneráveis negociam as relações com seus maridos” (ZELIZER, 2011, p. 184).

Lorena Moraes et al. (2020) faz outro apontamento importante para compreensão das vidas conexas dentro das unidades produtivas familiares da agricultura familiar. As autoras destacam a dualidade existente entre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Para as autoras, o serviço doméstico, mesmo que não remunerado, deveria ser considerado trabalho visto que eles “abarcam uma série de atividades de gestão e organização fundamentais (não remuneradas) para o bom funcionamento de uma casa” (MORAES et al., 2020, p. 177). Inclusive, quando questionadas sobre a rotina diária de afazeres que as mulheres vivenciam, esse trabalho muitas vezes não é relatado. A sugestão metodológica proposta por essas autoras é a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR)⁹, que levanta minuciosamente, através das observações e anotações temporais, todos os afazeres realizados por essas mulheres.

Outras evidências levantadas por Zelizer (2011) dizem respeito à ficção criada sob o papel do homem nas famílias. Como cabia às mulheres garantir que a ficção do homem provedor não fosse destruída, mesmo quando elas recebiam valores monetários maiores, as mulheres viviam em constante tensão e, assim, “a fim de proteger o orgulho masculino, maridos e mulheres minimizavam a importância da renda feminina para a sobrevivência doméstica” (ZELIZER, 2011, p. 203). Essa situação também é descrita por Orozco (2012) ao desconstruir as fronteiras entre os papéis de cuidador e de dependente, visto que, ao cuidar dos homens, a mulher se torna cuidadora de quem, por construção social, deveria cuidá-la (OROZCO, 2012).

O significado social das finanças e as vidas conexas na agricultura familiar wanderlandiense

⁹ A CATMUR está detalhadamente descrita no livro *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*, publicado em 2020 com autoria de Lorena Lima de Moraes e Hildete Pereira de Melo. Disponível online em: http://grupodada.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Arte_de_Tecer_Ebook-1.pdf

Como já foi explicitado, o universo da pesquisa totalizou 41 famílias do município de Wanderlândia – TO, que acessaram os programas por pelo menos um ano, dentre ambos os semestres dos anos de 2015 a 2017. A aplicação do questionário foi realizada em 2020, sendo que 19 famílias foram entrevistadas entre os meses de fevereiro e março de 2020, e 21 entre os meses de novembro e dezembro de 2020. Esse hiato na pesquisa de campo foi em função das medidas de contenção no avanço da pandemia do Covid-19.

Essas famílias foram identificadas pelas listagens de titulares dos projetos do PAA e do PNAE da prefeitura de Wanderlândia e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS). Os grupos familiares que acessaram o programa com mais de uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP¹⁰), foram considerados como apenas uma família. Nesse momento de aplicação dos questionários, não foram excluídas as unidades familiares compostas por adultos solteiros, visto que o intuito era o de caracterizar o espaço social das famílias que acessaram o PAA e o PNAE. Excluir essas famílias poderia inviabilizar a identificação de características específicas que apenas essas famílias apresentam ou passaram a apresentar a partir do acesso aos programas.

Gostaria de esclarecer que não nos restringimos às famílias da agricultura familiar ou a alguma categoria específica. O recorte foram as famílias que acessaram aos programas, ou seja, que atendiam as exigências para a posse da DAP. Portanto, o que denominamos aqui de agricultura familiar abrange todas as especificações – assentados, posseiros, trabalhadores rurais – que só serão destacadas no texto, no momento em que essa especificidade for fundamental para a compreensão das informações e análises.

As famílias estão localizadas em 11 povoados distintos: PA¹¹ Costa Rica e Serra de São Félix, com 10 famílias em cada local; PA Ipê Amarelo, com 9 famílias; Serra Curta, com 3 famílias; área urbana de Wanderlândia e Vila Matias, com 2 famílias em cada; e Povoado Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia e PA Estrela, com 1 família em cada local. As famílias são compostas, em sua maioria, por casais (11 famílias) ou por um casal e uma terceira pessoa (11 famílias). 8 famílias são compostas apenas por uma pessoa, sendo que seis são homens e duas são mulheres que vivem sozinhas.

A titularidade da DAP está no nome das mulheres em quatorze famílias, sendo que possui a titularidade masculina em 21 famílias. O casal possui a titularidade da DAP em 3 famílias e a filha do casal em 1 família é quem possui a titularidade da DAP. Os dados sobre a origem da terra em que a família reside são: 34% da reforma agrária; 29% proveniente de compra; 20% proveniente de herança; 10% do crédito fundiário; e 7% de outras formas de aquisição, como doação ou parceria. Os dados referentes ao tamanho das propriedades são: 24% possuem até 5 alqueires¹²; 39% possuem até 10 alqueires;

¹⁰ Para conseguir comercializar um maior número de produtos, é prática usual no meio rural os grupos familiares possuírem mais de uma DAP por família e, com isso, realizar mais de um cadastro nos programas. Para não haver duplicidade de informações, para essa pesquisa, esses grupos familiares com mais de uma DAP foram considerados apenas como uma família.

¹¹ Projeto de Assentamento

¹² A região considera um alqueire como 2,42 hectares.

12% até 15 alqueires; 20% possuem mais de 15 alqueires; e 5% não sabem o tamanho de suas propriedades.

Levando em consideração a lente teórica apresentada, algumas perguntas relativas a essa temática foram feitas às famílias sobre a forma com que elas significam o dinheiro que entra e sai das unidades familiares e como a família se organiza nessa conexão entre vida doméstica e vida econômica. Essa investigação é válida para compreender, inclusive, se essa organização é realizada a partir de marcas de gênero e geração.

Em um primeiro momento, buscou-se compreender se há algum tipo de controle financeiro sobre a renda que circula na unidade familiar e qual era o membro da família que realizava esse controle. Os dados demonstram que 56% das famílias realizam algum tipo de controle financeiro e 44% nunca realizaram o cálculo da renda familiar. Apesar de minoria, é possível notar um grande número de famílias que não realizam qualquer tipo de controle financeiro sobre a renda auferida pela família. Essa situação nos remete à explicação que Chayanov (2014) faz sobre as unidades familiares camponesas não reproduzirem práticas provenientes da racionalidade econômica. Dizer que elas não realizam esse cálculo não as excluiu do sistema econômico vigente, apenas indica que a família possui outros métodos de análise de viabilidade da reprodução familiar que não estão padronizados e classificados pelo sistema econômico utilizado nas áreas urbanas, ou seja, essas famílias “atuando ou não a partir da racionalidade econômica capitalista, tornavam possível a realização de sua autonomia a partir de práticas dependentes: trabalho e consumo” (MARTINELLI e SCHNEIDER, 2014, p. 296).

Quando questionados sobre qual era o membro da família que tinha a informação sobre a renda total da unidade familiar, os dados indicam que: 17% apenas a mulher possui; 24% apenas o homem possui; 20% o casal compartilha as informações; 37% indicam que ninguém possui essa informação. Esse alto índice de famílias que não possuem essa informação, pode ser explicado devido ao fato de que não haver controle não significa, para essas famílias, não saber a renda financeira familiar. Além disso, como falar abertamente sobre renda ainda é um tema delicado para as famílias rurais, esse índice elevado pode também ter ocorrido por esse motivo.

Esses dados também nos oferecem informações importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. O número de famílias que compartilham essa informação é superior ao número de famílias em que apenas a mulher possui e inferior ao número que apenas os homens possuem. Assim, é possível concluir que, no espaço social analisado, as informações sobre a renda familiar tendem a possuir marcas de gênero.

As diversas fontes de renda que adentram as unidades familiares também foram objeto de investigação. Nota-se um alto índice (53,65%) de famílias que apontam a comercialização de seus produtos via comércio local, seja em pontos comerciais que revendem os seus produtos ou para unidades comerciais que utilizam os produtos para produção de alimentos a serem comercializados, como restaurantes e lanchonetes. Na sequência, dezessete famílias (41,46%) indicam a aposentadoria como fonte de renda. Tal como Anita Brumer (2014) afirma, o acesso à aposentadoria pelas mulheres rurais garante mais do que o acesso físico ao seu valor monetário, ele garante a obtenção de

um valor mensal que, além de ser utilizado para pagamentos das contas (contas mensais ou aquisição de medicamentos), também representa a segurança de não depender da renda auferida pelo trabalho de seus filhos. A relação de dependência, então, deixa de ser financeira e de cuidados e passa a ser apenas de cuidados.

Ainda não é possível confirmar, mas é interessante a realização de estudos que comprovem se o acesso à aposentadoria rural pode ser considerado um fator de reconversão de *habitus* nas famílias rurais. Outro dado importante a ser levado em consideração nessa análise, é que oito famílias (19,51%) possuem a aposentadoria como única fonte de renda. Essa informação pode parecer estranha, visto que estamos analisando todas as famílias de Wanderlândia que mantiveram relação com as políticas públicas do PNAE e do PAA. No entanto (e isso será melhor apresentado no próximo tópico), no momento da pesquisa, muitas famílias não estavam mais acessando os programas, resultado da paralisação e da não aprovação dos projetos submetidos pela prefeitura municipal. Outro indicativo que essa informação fornece é a comprovação da tendência ao envelhecimento dessa população rural.

Outra fonte de renda comum encontrada nessas famílias foi o trabalho formal para terceiros. Essa categoria de fonte de renda engloba as atividades realizadas via contratação formal, via contrato de prestação de serviços, serviço público ou carteira de trabalho, que resultam na remuneração mensal já acordada previamente com os empregadores. Essa remuneração varia de um a dois salários mínimos. Em sua maioria, esses trabalhos são realizados por mulheres com curso superior contratadas pela prefeitura municipal para atuar nas secretarias de Agricultura, Assistência Social e Educação.

A renda proveniente de atividades não agrícolas engloba diversos tipos de atividades que fogem do âmbito convencional da agricultura e da pecuária. As atividades descritas pelas famílias foram: recebimento de pensão por morte; prestação de serviço de consultoria ao Tribunal de Justiça; renda auferida por serem proprietários de comércio (restaurante, padaria e frutaria) e por utilizarem suas propriedades como balneários¹³ de lazer abertos ao público. Possuir fontes de renda provenientes dessas atividades diversas pode caracterizar essas famílias como pluriativas, ou seja, quando a família utiliza a diversificação das atividades familiares como estratégia de assegurar a reprodução da unidade familiar (WANDERLEY, 2003). Importante deixar registrado que a pluriatividade só é reconhecida quando a atividade diversificada é realizada pelos chefes da família, ou seja, pelos adultos. Quando os jovens a realizam, essa estratégia é considerada como “o processo de individualização e de busca de autonomia desse filho rumo à constituição em breve de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro” (WANDERLEY, 2003, p. 53). Além disso, “colocar a feira” também é uma fonte de renda frequente na região. As famílias o fazem tanto na

¹³ Regionalmente, balneários são áreas privadas de pequenas propriedades rurais frequentadas com o intuito de tomar banho de cachoeira, rio, córrego ou lago. É comum que as propriedades sejam abertas mediante pagamento de ingresso e haja o oferecimento de refeições e bebidas a preços praticados na região.

feira de Wanderlândia, como na feira de Araguaína e, usualmente, é um trabalho compartilhado entre os casais.

A comercialização de gado é uma prática comum na agricultura familiar da região. Não como ocorre nas unidades produtivas do agronegócio, mas como estratégia de poupança familiar. Por esse motivo, inclusive, a maior parte das famílias não consideram a venda de gado como uma fonte de renda, visto que só o comercializam em momentos de necessidade imediata, para pagar tratamentos de saúde ou financiar uma obra emergencial na casa. Outra utilização do gado é retratada por uma das entrevistadas da seguinte maneira: “E o gado, sempre assim, quando tem um sal pra [sic] comprar, um remédio pra [sic] comprar e o dinheiro da feira não dá, aí vende o gado e faz aquilo ali” (ENTREVISTA 9). Esse caráter de poupança auferido ao gado na agricultura familiar já foi analisado por diversos estudos e são unânimes ao indicar que a relação financeira proveniente da comercialização do gado sempre foi uma tarefa masculina (ZELIZER, 2011; HEREDIA, 2013; PETARLY e PEDROSO NETO, 2021).

Conforme descreve Zelizer (2003), todo o dinheiro é dotado de significado social para além do significado financeiro. Por esse motivo é que, além de tentar compreender a origem das fontes de renda dessas famílias, também fizemos o levantamento da destinação dada a cada um desses distintos dinheiros recebidos. Como já apresentado nesse tópico, não foram todas as famílias que conseguiram indicar a destinação de cada dinheiro, visto que, para uma parcela das famílias, os dinheiros se transformam em um só – o dinheiro da família. Algumas famílias descrevem essa situação: “Quando separa, parece uma bomba atômica” (QUESTIONÁRIO, F6); “Junta tudo” (QUESTIONÁRIO, F9); “Tudo é pra [sic] pagar as coisas da roça e trabalhador” (QUESTIONÁRIO, F17); “Fica tudo na cidade” (QUESTIONÁRIO, F19); “Juntou o dinheiro aí a gente faz a despesa. É pra [sic] o que precisar” (ENTREVISTA, F4). Quando a família declara que “fica tudo na cidade” (QUESTIONÁRIO, F19), significa que todo o dinheiro recebido é utilizado para pagar compras já realizadas ou que precisam ser feitas, como as da alimentação familiar. São quinze as famílias (36,58%) que afirmam conseguir fazer, mesmo que minimamente, o controle da renda de modo a saber a destinação exata de cada recurso financeiro obtido. Entretanto, os destinos mais mencionados para a renda são: reinvestimento na produção (55%); ajuda aos pais (9%); gasto com alimentação da família (9%); pagamento de contas mensais de água e energia (8%); aquisição de combustível (9%); manutenção da propriedade (9%).

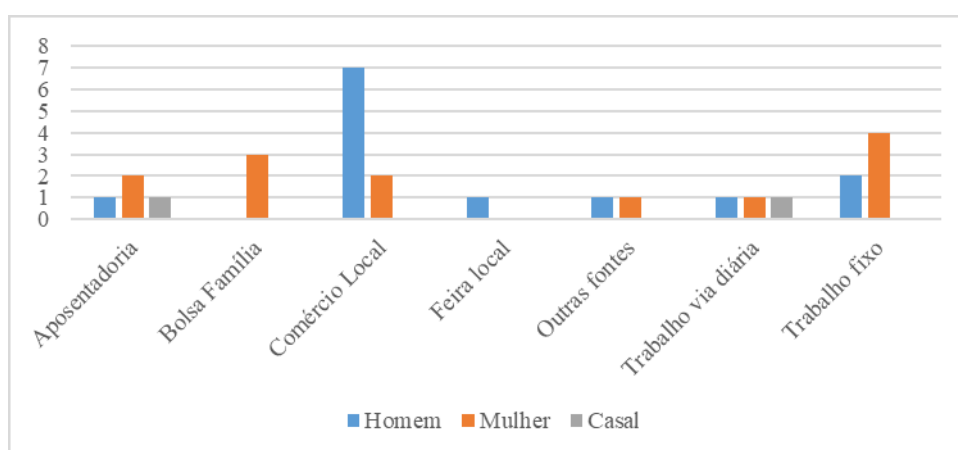
Nota-se que a principal destinação da renda obtida pela comercialização de produtos em estabelecimentos comerciais tende a ser manter e investir na própria atividade produtiva, por exemplo, com a aquisição de adubos, manutenção dos roçados, conserto de cercas e demais itens necessários para uma nova colheita e consequente nova comercialização. Esse destino também é comum para o dinheiro obtido com a venda de produtos na porta de casa. As famílias que revelam comercializar produtos agrícolas e pequenos animais nas próprias propriedades indicam que o recurso financeiro obtido é utilizado na sua própria reprodução. Apenas a comercialização dos ovos é utilizada para pagamento do plano de celular de membros da família (QUESTIONÁRIO, F23).

A renda obtida por meio do trabalho formal para terceiros apresenta uma diversidade de destinações: despesas da casa (33%); pagar funcionários (17%); gastos médicos (17%); pagar cartão de crédito/empréstimos (17%); ajuda aos pais (8%); despesas pessoais (8%). O pagamento de despesas da casa, como contas de água, energia e alimentação é o principal destino dos recursos financeiros auferidos por essa fonte de renda. Por ser uma renda garantida e de valor já sabido, as famílias possuem maior segurança em pagar as principais e rotineiras contas da unidade familiar com ele, inclusive as dívidas contraídas no mercado financeiro, como empréstimos e compras em cartão de crédito. Além disso, um ponto precisa ser levado em consideração: dentre as famílias que utilizam esse recurso para pagamento de funcionários, inclui-se a mãe que contrata uma babá para que ela possa trabalhar e ter alguém cuidando de sua filha.

O dinheiro recebido pela aposentadoria também possui destinos diferentes: despesas da casa (50%); uso pessoal (17%); farmácia (17%); ração para os animais (17%).

A demonstração, por gênero, das origens desses recursos com destinação especificada anteriormente:

Gráfico 1 - Demonstração, por gênero, da origem dos recursos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A partir dos dados do Gráfico 1 podemos perceber as marcas de gênero existentes em cada entrada financeira na unidade familiar e, assim, analisar mais detalhadamente a destinação de cada um desses recursos. Nota-se que os recursos financeiros provenientes da comercialização de produtos agropecuários, no comércio local ou em feiras, são majoritariamente de origem masculina e sua destinação é para o custeio da própria produção. Enquanto isso, o recurso proveniente do trabalho formal para terceiros, a aposentadoria e o Bolsa Família é, em sua maioria, utilizado para pagamentos de despesas fixas da unidade familiar. A origem desses recursos é, majoritariamente, feminina.

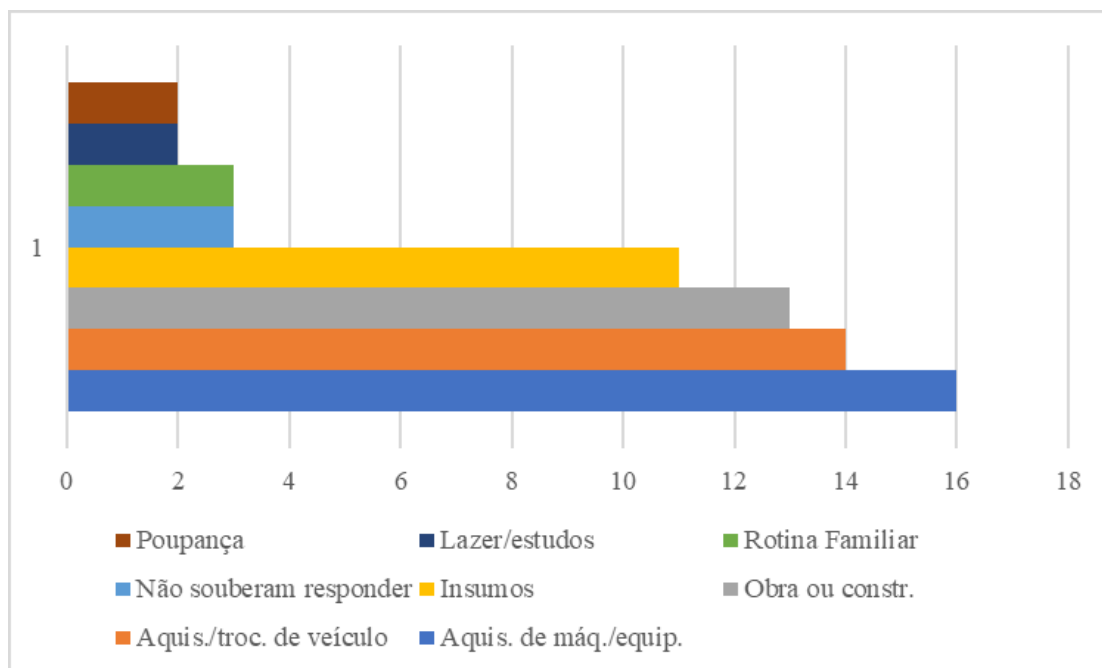
Como já argumentou Zelizer (2003), as rendas familiares possuem marcas de gênero no seu trajeto dentro das unidades familiares. Sua origem, seus responsáveis e suas características precisam ser levadas em consideração na compreensão da vida financeira familiar. Nesse sentido, esse tópico tinha o intuito de demonstrar como a vida financeira acontece no interior das unidades familiares e como elas fazem parte dos meios de vidas da agricultura familiar. O próximo tópico também apresentará como essa fonte de renda se organizou dentro das famílias com o acesso às políticas do PAA e do PNAE.

Os significados sociais dos dinheiros do PAA e do PNAE: um estudo sobre as marcas de gênero e geração dessa fonte de renda familiar

Os dados levantados no trabalho de campo possibilitam a identificação de algumas informações relativas à origem da renda familiar, ao destino e à utilização do dinheiro recebido; os respectivos membros das famílias responsáveis pelo recebimento do dinheiro dos programas e membros responsáveis pela organização burocrática para acesso a esses programas. Observando quantitativamente os dados dos questionários, podemos identificar algumas informações relevantes para compreensão dos significados sociais do dinheiro proveniente desses programas.

O Gráfico 2 apresenta qual foi a destinação que as famílias deram à renda dos programas durante os seus acessos.

Gráfico 2 - Destinação da renda durante o acesso aos programas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na maioria dos casos, as famílias utilizavam o dinheiro proveniente do programa ao qual tinham acesso para a aquisição de máquinas/equipamentos, além de realizarem obras/construções. Máquinas/equipamentos eram descritos como compra de roçadeira, colheitadeira, ferramentas de menor porte, matraca, bomba elétrica; e reforma/construção da casa na propriedade rural ou na segunda propriedade que a família mantinha na área urbana no município. Nessa categoria também se inclui a realização de reformas nas cercas, nas casas de farinha, estrutura de cobertura nas hortas, cercados para animais e demais ajustes necessários para a estrutura produtiva familiar.

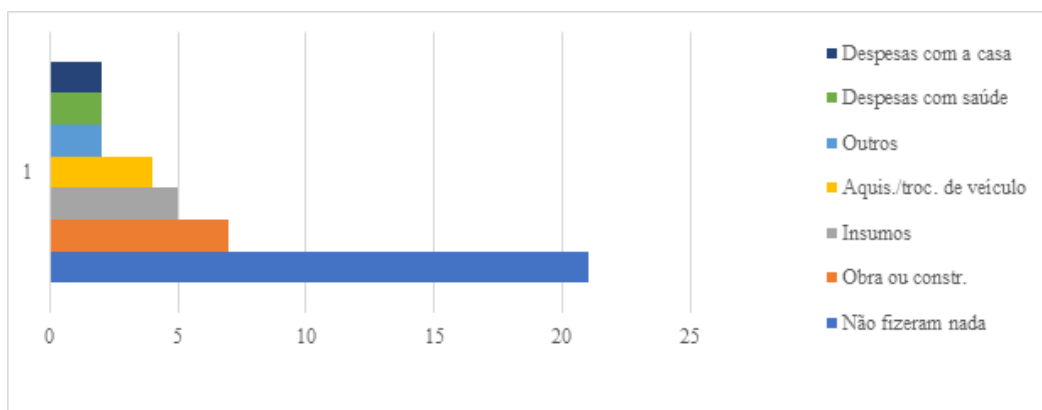
Outro item comum no uso dos recursos pelas famílias foi a troca ou a aquisição de veículos. As famílias relataram que o dinheiro proveniente do programa permitiu a aquisição de motos para facilitar o deslocamento dos membros da família até a área urbana do município. Também surgiram respostas apresentando que o dinheiro era utilizado para pagamento de mensalidade de faculdade (QUESTIONÁRIO, F7), aquisição de roupas e melhoria na alimentação (QUESTIONÁRIO, F10), além das famílias que utilizavam o recurso financeiro para melhorar as condições de vida da própria família, custeando as despesas do dia a dia, considerando-o “uma renda a mais dentro de casa” (QUESTIONÁRIO, F35). Nota-se que, em algumas famílias, o dinheiro proveniente do programa era utilizado para contrair dívidas a longo prazo, ou seja, possibilitava que a família se organizasse financeiramente para adquirir produtos de alto valor aquisitivo. Esse planejamento futuro só era possível, até então, com a conquista da aposentadoria rural.

A utilização do dinheiro para aquisição de insumos para a produção também foi uma destinação corrente em grande parte das famílias: “adubo, muda, sementes” (QUESTIONÁRIO, F27), “só ajuda na roça” (QUESTIONÁRIO, F29), “só manutenção da terra” (QUESTIONÁRIO, F31) foram explicações dadas por algumas famílias. Como foi possível observar, parte das famílias o utilizou para reinvestimento na própria atividade produtiva, seja adquirindo maquinários, realizando obras ou se reabastecendo com insumos diversos.

O Gráfico 3 apresenta a destinação da renda das famílias após o término do acesso aos programas, ou seja, apresenta os investimentos realizados pelas famílias que já não recebiam recursos provenientes dos programas. É nítida a alteração entre os gráficos e como o recurso do PAA e do PNAE funcionavam como os principais propulsores das melhorias de condições de vida e de trabalho nas unidades produtivas familiares.

Como é possível notar, a maioria das famílias indicou não ter conseguido realizar nenhuma aquisição ou manutenção nas unidades produtivas após o período de acesso aos programas. Ainda houve famílias que afirmaram ter conseguido realizar obras ou reformas, mas que isso ocorreu com o dinheiro do programa que foi poupado nos anos anteriores (QUESTIONÁRIO, F25).

Gráfico 3 - Destinação da renda após o término do acesso aos programas

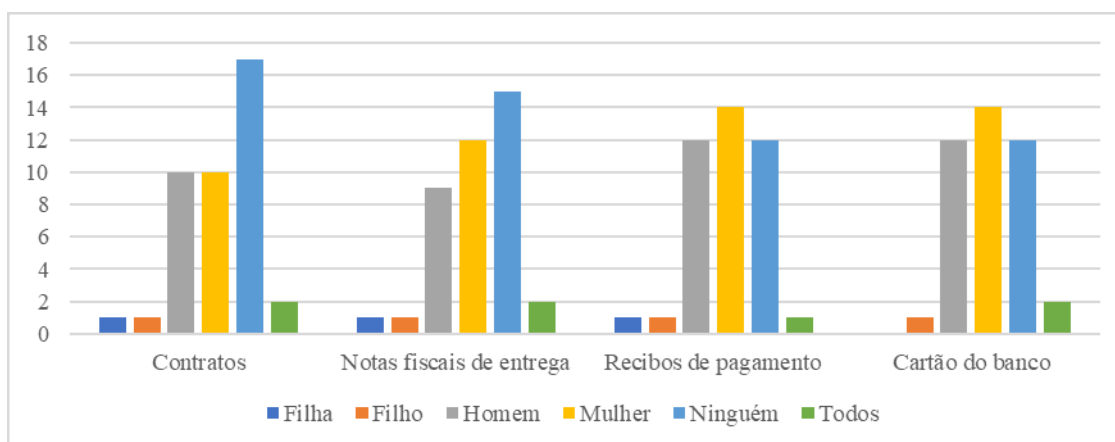


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

As informações sobre os membros responsáveis pelo recebimento do pagamento pelas entregas dos produtos aos programas, são: os homens são responsáveis em 54% dos casos, as mulheres em 29%, o casal é responsável em 15% e todos os membros da família assumem a responsabilidade em 2%. Para comparação, os membros responsáveis pela produção dos produtos a serem entregues para os programas, são: os homens em 41% dos casos, o casal em 41%, as mulheres em 12% e todos os membros da família em 5%. Nota-se que, apesar de haver um alto índice de compartilhamento de tarefas na produção, o protagonismo no recebimento financeiro tende a ser masculino. Assim, a tendência é a masculinização do dinheiro proveniente do programa.

Outro ponto a ser considerado em relação aos recursos financeiros advindos dos programas é a responsabilidade pela operacionalização da sua parte burocrática. Assim, um dos questionamentos feitos às famílias foi sobre quem se responsabilizava pelos contratos, notas fiscais de entrega, recibos de pagamento e pelo cartão do banco.

Gráfico 4 - Membro responsável por documentos burocráticos relativos aos programas



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao serem questionadas sobre o membro responsável pelo recebimento do pagamento das entregas, algumas famílias responderam se referindo ao membro responsável pelo cartão do banco, independentemente de haver nessa conta bancária dinheiro advindo do programa ou não. Essa informação pode justificar o alto índice de entregas sendo realizadas pelos homens, mesmo quando a produção é compartilhada ou realizada pelas mulheres. Ainda assim, é interessante observar que, em sua maioria, não há nenhum responsável por essa tarefa na família, mas que há uma tendência de que o trabalho de organização burocrática seja uma tarefa feminilizada. Tanto para os recibos de pagamento, quanto para as notas fiscais de entrega, a responsabilidade era majoritariamente feminina. Assim, percebemos que, apesar de as mulheres não serem as responsáveis pelas entregas e pelos recebimentos financeiros, são elas as principais responsáveis pela organização burocrática da relação com os programas.

Viviana Zelizer afirma que todo dinheiro tem significado e que toda relação comercial também é repleta de sentidos e significados socialmente construídos. Na análise das informações podemos perceber o proeminência homens assumindo as tarefas financeiras realizadas fora do espaço doméstico. Ou seja, durante o acesso aos programas, o lugar da mulher se manteve restrito ao espaço privado, no interior das unidades produtivas familiares.

A única marca geracional percebida na pesquisa foi a família que utilizou o recurso do programa para pagamento das mensalidades do curso superior que cursou. A unidade familiar é composta apenas por um homem solteiro, de 24 anos, professor de educação física na escola municipal rural da região em que reside. Nesse caso, a renda proveniente do programa era um adicional ao salário recebido e pôde, nesse caso, ser utilizado para pagamento dos estudos.

O dinheiro proveniente dos programas, nas famílias estudadas, tende a ser considerado um dinheiro com as marcas do gênero masculino, mesmo não sendo a renda principal das famílias. Apesar disso, mesmo não sendo sua principal fonte de renda, as famílias incluídas no programa elevam seu poder aquisitivo, com melhoria nos meios de vida dessas unidades produtivas familiares.

A aquisição de bens materiais (construções, maquinários, veículos) tende a ser uma forma de as famílias manterem ou aumentarem seus capitais econômicos ou simbólicos. Isso indica que, quanto mais detentores de capitais, maior é o poder simbólico reconhecido nessas famílias, o que as coloca em uma situação de prestígio e reconhecimento perante as demais (BOURDIEU, 1989). As melhorias realizadas nas unidades produtivas familiares se tornam, então, uma forma de manutenção dos meios de vida e do posicionamento das famílias no espaço social no qual elas se localizam. Os programas se tornam, dessa forma, além de promotores de melhorias produtivas, responsáveis pelo aumento do capital simbólico exercido pelas famílias. Pode-se inferir, inclusive, que o fato de a própria destinação dos recursos financeiros ser, majoritariamente, para melhorias produtivas da unidade familiar, transforma esses dinheiros em artefatos sem hierarquização pejorativa ou diminutiva em comparação com os demais recursos financeiros recebidos pelas famílias.

Considerações finais

Finalizando o ensaio conclui-se que na maior parte das famílias, o dinheiro proveniente do acesso aos programas é o dinheiro reinvestido na própria produção, como se ela fosse um fim em si mesma. Ao mesmo tempo, foi possível notar um alto índice de aquisições de veículo e realização de obras durante o período de acesso aos programas, o que demonstra a melhoria nas condições de vida das famílias como resultado. Outra constatação proveniente dos dados é que o recebimento pelas entregas de produtos aos centros de armazenamento e consumo dos programas em questão é um dinheiro nitidamente masculino: são os homens que o recebem e os homens o inserem na própria atividade produtiva. Apesar de as mulheres não serem responsáveis pelos recebimentos financeiros da família durante o acesso aos programas, são elas as principais responsáveis pela organização burocrática exigida na relação com os programas. Conclui-se, então, que a renda dos programas de inclusão produtiva possui as marcas de gênero masculino e que posiciona, durante o seu acesso, as mulheres nos espaços privados da produção e da organização burocrática da unidade produtiva familiar, enquanto os homens são reafirmados ocupando os espaços públicos da comercialização e recebimentos financeiros.

Referências

AGUIAR, V.V.P. Rural Women, Social Movement and Political Participation: reflections from the March of the Daisies. *Política & Sociedade*, 2016.

ALBUQUERQUE DE MELO, L. Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Valores investidos na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar para o PNAE – Ano de exercício 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 01 de março de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 01 de março de 2023.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 2004.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.)

Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.

CARRASCO, C. B. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. *Revista de Economía Crítica*, nº 11, primer semestre de 2011.

CHAVES, A. R.S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. *Estudos Feministas*, 2018.

CRUZ, T. A. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Estudos Feministas*, 2010.

GUIMARÃES, A. R. O papel das políticas públicas na resistência dos assentamentos rurais: o PA Dom José Mauro em Uberlândia (MG). Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, 2020.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *REA-eletrônica*, v.6, n.1, art.9, jan-jun, 2007.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HEREDIA, B. M. A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013.

HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, M. F.; GARCIA JÚNIOR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Org). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

HERRERA, K. M. From Invisibility to Recognition: rural women, productive activities, household activities and care. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 2016.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Estudos Feministas*, 2004.

LEITÃO, A. L. E.; BERNARDINO, R. V. (2018) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de aquisição de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar em Vila Velha – ES. *Revista Geografica*, p. 284-309, 2018.

MARTINELLI, A. S.; SCHNEIDER, S. Paralelos entre Antônio Cândido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. In: CARVALHO, H. M. (Org.) *Chayanov e o campesinato*. 1ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MORAES, L. L.; PONTES, N. L. M. T.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N. M. S.; MARQUES, P. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MOURA, M. C. D.; MORENO, R. F. C. A Interdependência das Esferas da Reprodução e Produção na Produção de Indicadores: Reflexões a Partir da Experiência das Mulheres Rurais no Sertão do Apodi. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 2013.

OROZCO, A. P. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.) *Análises feministas: um outro olhar sobre a*

economia e a ecologia. Cadernos Sempre Viva Organização Feminista. SOF, São Paulo, 2012.

PAULILO, M. I. S. What Type of Feminism is this that Grows in the Vegetable Garden?. Política & Sociedade, 2016a.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, M. I. S. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora UFSC, 2016b.

PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J. Os agricultores familiares e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 245- 272, 2021.

SALGADO, R. J. S. F.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, W. A. Contribuição dos programas de compra institucional (PAA e PNAE) para a estabilização dos preços agrícolas em Minas Gerais. Revista de Estudos Sociais, nº37, v.18, 2016.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18 (2): 12-32, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 20 (2), pp. 71-99, jul-dez/1995.

SWEDBERG, R. Principles of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIDAL, D. L. Fator trabalho no manejo rural no semiárido nordestino, Brasil. Archivos de zootecnia, 2011.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro. In: MARQUES, R., PEIXOTO, J. (Org.) A nova sociologia econômica: uma ontologia. Oeiras: Celta. 2003.

ZELIZER, V. Dinero, circuitos, relaciones íntimas. Revista Sociedad y economía, 14, 2008.

ZELIZER, V. Dualidades Perigosas. Revista Mana, 15 (1): 237-256, 2009.

ZELIZER, V. Negociação da intimidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

Renata Rauta Petarly - Atualmente é docente na Universidade Federal do Norte do Tocantins, no curso superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território. Doutora em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e bacharel em Gestão de Cooperativas também pela Universidade Federal de Viçosa. Já trabalhou como analista de Capacitação e Monitoramento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do estado do Tocantins. Além de trabalhar com extensão rural e metodologias participativas, também trabalha com assessoria a

projetos de desenvolvimento comunitário e organização do quadro social de cooperativas. Desenvolve pesquisas com mulheres rurais e em situação de vulnerabilidade social.

Ana Carolina Rodrigues - Docente da Universidade de Gothenburg, Suécia.

Recebido para publicação em 04 de agosto de 2023.

Aceito para publicação em 04 de julho de 2024.

Publicado em 22 de outubro de 2024.